

XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28^o

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20^o

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16^a

Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23^a

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8^a

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8^a

Mostra de Pós-Graduação da UFF

O processo de implementação das cotas nas Engenharias do Ifes *campus* Vitória: análise dos documentos institucionais

Aline Costalonga Gama, Shirlena Campos de Souza Amaral

Baseada na ideia de que a igualdade formal não é suficiente para corrigir as discrepâncias históricas existentes na sociedade, sendo necessário adotar medidas compensatórias (focalizadas e temporárias), a implementação de Políticas Públicas de Ação Afirmativa busca corrigir desigualdades e discriminações. As cotas na Educação Superior são uma modalidade de Ação Afirmativa que visam garantir o acesso de grupos historicamente excluídos dessa etapa educacional, contribuindo para a formação de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Em âmbito federal, no Brasil é a Lei 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas em universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia para estudantes oriundos de escolas públicas. Diversos movimentos sociais, estudantis e políticos foram fundamentais para a aprovação dessa lei, mas mesmo antes dela, algumas instituições públicas de ensino superior já aplicavam a reserva de vagas. Neste trabalho, traçaremos o panorama da implantação das cotas nos processos seletivos para discentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) *campus* Vitória. Tendo como objetivo compreender a experiência da instituição na adesão a essa Ação Afirmativa, utilizou-se a pesquisa documental, a partir de resoluções, editais e notícias, enfatizando os cursos de Bacharelado em Engenharia (Elétrica, Metalúrgica, Sanitária e Ambiental, Mecânica e Civil). Considerando a iminência da revisão da política de cotas, que tinha como prazo de dez anos a partir da lei que instituiu o programa, ou seja, em 2022, como contribuição desta pesquisa, busca-se o compartilhamento de experiências que podem colaborar na efetivação da igualdade de oportunidades no acesso a um bem essencial: a educação. Constatamos que antes da Lei de Cotas o Ifes já adotava bonificação ou reserva de vagas em seus processos seletivos. Essas políticas, no entanto, eram diferentes das cotas estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012, que têm critérios e porcentagens mínimas unificadas em todas as instituições federais do país. Verificamos também que a instituição atendeu, de imediato, ao preconizado na Lei nº 12.711/2012 e, também, quando essa foi alterada mediante Lei nº 13.409/2016, que acrescentou as pessoas com deficiência às cotas já existentes. Podemos concluir que a instituição adotou uma iniciativa importante para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, sendo que a continuidade e o aprimoramento dessa política são fundamentais para garantir o acesso à educação como um bem essencial para todos os cidadãos.

Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Eixo temático: Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – PGCL

Fomento da bolsa (quando aplicável): Não se aplica

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª

Jornada de Iniciação Científica da UFF



UIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª

Mostra de Pós-Graduação da UFF

The implementation process of quotas in Engineering courses at Ifes, Vitória campus: analysis of institutional documents

Aline Costalonga Gama, Shirlena Campos de Souza Amaral

Based on the idea that formal equality is not enough to correct the historical discrepancies that exist in society, and that it is necessary to adopt compensatory measures (focused and temporary), the implementation of Public Policies of Affirmative Action seeks to correct inequalities and discriminations. Quotas in Higher Education are a modality of Affirmative Action that aim to guarantee access for historically excluded groups in this educational stage, contributing to the formation of a more inclusive and equal society. At the federal level, in Brazil, it is Law 12,711/2012, also known as the Quota Law, that establishes the reservation of places in federal universities and federal institutes of education, science, and technology for students from public schools. Several social, student, and political movements were fundamental to the approval of this law, but even before it, some public higher education institutions already applied reservation of places. In this work, we will outline the implementation panorama of quotas in the selection processes for students of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Espírito Santo (Ifes) in Vitória campus. With the objective of understanding the institution's experience in adhering to this Affirmative Action, documentary research was used, based on resolutions, notices and news, emphasizing the Bachelor of Engineering courses (Electrical, Metallurgical, Sanitary and Environmental, Mechanical and Civil). Considering the imminent review of the quota policy, which had a ten-year deadline from the law that instituted the program, i.e., in 2022, this research seeks to share experiences that can contribute to the effectiveness of equal opportunities in access to an essential good: education. We found that before the Quota Law, Ifes already adopted bonuses or reserved places in its selection processes. However, these policies were different from the quotas established by Law No. 12,711/2012, which have unified criteria and minimum percentages in all federal institutions in the country. We also verified that the institution immediately complied with Law No. 12,711/2012 and also when it was changed by Law No. 13,409/2016, which added people with disabilities to the existing quotas. We can conclude that the institution has taken an important initiative to promote equal opportunities in access to education, and the continuity and improvement of this policy are fundamental to guarantee access to education as an essential good for all citizens.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

